



**PARECER ÚNICO Nº 145/2015**

<b>INDEXADO AO PROCESSO:</b> Licenciamento Ambiental	<b>PA COPAM:</b> 00911/2003/007/2014	<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b> Licença de Operação - LO		<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 04 anos

<b>PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:</b> Outorgas	<b>PA COPAM:</b> 28448/2013, 28449/2013, 28450/2013	<b>SITUAÇÃO:</b> Autorizadas
---	---	---------------------------------

<b>EMPREENDEDOR:</b> MGV Empreendimentos Imobiliários S/A	<b>CNPJ:</b> 10.820.679/0001-19	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> MGV Empreendimentos Imobiliários S/A	<b>CNPJ:</b> 10.820.679/0001-19	
<b>MUNICÍPIO:</b> Brumadinho	<b>ZONA:</b> Urbana	
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM: SAD 69):</b> LAT/Y 20° 7' 18" LONG/X 44° 3' 3.2"		
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b> <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input checked="" type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input type="checkbox"/> NÃO		
<b>NOME:</b> APA SUL RMBH.		
<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio São Francisco <b>UPGRH:</b> SF3	<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio Paraopeba <b>SUB-BACIA:</b> Córrego Fundo	
<b>CÓDIGO:</b> E-04-01-4	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):</b> Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais	<b>CLASSE:</b> 5
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> Virtual Engenharia Ambiental/ Leonardo Pittella		<b>REGISTRO:</b> 04.0.000007214
<b>RELATÓRIO DE VISTORIA:</b> 96562/2015 e 96563/2015		<b>DATA:</b> 08/10/2015

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Luan Oliveira de Rezende – Gestor Ambiental (Gestor)	1.343.630-8	
Lília Aparecida de Castro – Gestor Ambiental	1.389.247-6	
Mayara Cristina Silva Fernandes – Gestor Ambiental	1.364.205-3	
Adriana de Jesus Felipe – Analista Ambiental	1.251.146-5	
Matheus Hosken de Sá Moraes – Gestor Ambiental (Jurídico)	1.364.309-3	
De acordo: Wagner da Silva Sales – Superintendente Regional de Regularização Ambiental	457.872-0	
De acordo: Rafael Cordeiro de Lima Mori – Diretor de Controle Processual	1.132.467-7	



## 1. INTRODUÇÃO

Este Parecer Único tem por objetivo subsidiar o julgamento do pedido de Licença de Operação - LO para a 2ª e 3ª etapas do Loteamento Gran Royale Casa Branca, denominadas “Eco Casa Branca” e “Reserva de Piedade”, empreendido por MGV Empreendimentos Imobiliários S/A. A formalização dos processos aconteceu separadamente em 02/06/2014 e 12/02/2015, constituindo dois processos distintos devido às obras de implantação ter sido concluídas em momentos diferentes. No entanto, como a análise dos processos de licenciamento pela SUPRAM-CM aconteceu concomitantemente, optou-se por unificar os processos, de forma a simplificar a análise. O processo 00911/2003/008/2015, referente à 3ª etapa do empreendimento, teve toda a sua documentação transferida para o presente processo 00911/2003/007/2014. Essa solicitação foi feita à Diretoria de Apoio Operacional no dia 10/11/2015 através da Papeleta de Despacho nº. 213/2015 (protocolo SIAM: 1090744/2015) e atendida, transformando as duas etapas em um único processo administrativo, conforme previsto no Art. 15 da DN COPAM 74/2004:

*“Poderá ser admitido pelo COPAM um único processo de licenciamento ambiental para empreendimentos e atividades similares ou complementares e vizinhos ou para aqueles integrantes de planos de desenvolvimento aprovados previamente pelo órgão governamental competente, desde que estejam legalmente organizados, identificando-se o responsável pelo conjunto de empreendimentos ou atividades[...]”.*

Esta etapa do licenciamento é composta pelas quadras 32 a 59, totalizando 643 lotes e área total de 245,8478ha, conforme informado nos Formulários de Caracterização do Empreendimento – FCE’s e projeto urbanístico apresentado no processo de licenciamento ambiental. Trata-se de parcelamento do solo classificado sob o código “E-04-01-4: loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais”, segundo a DN COPAM 74/2004. O empreendimento é de grande porte e classe 5.

O empreendimento recebeu do COPAM a Licença Prévia – LP (Certificado nº. 003) para a totalidade da área em 02/03/2007, com validade de dois anos. Já em 16/02/2009, obteve a Licença de Instalação – LI (Certificado nº. 010) com validade de quatro anos, também para toda a área do empreendimento. Foi solicitada a prorrogação do prazo de validade da LI a qual foi concedida pelo COPAM com validade até 16/02/2015.

Para fins de elaboração desse parecer único, o empreendedor apresentou o relatório de cumprimento das condicionantes de LI e relatórios de execução dos programas ambientais propostos no Plano de Controle Ambiental - PCA. A análise técnica foi pautada na apreciação destes documentos, nas informações complementares, nos esclarecimentos protocolados pelo empreendedor e nas observações feitas durante vistorias à área do empreendimento realizadas em 08/10/2015 (Autos de Fiscalização nº. 96562/2015 e nº. 96563/2015). As Anotações de Responsabilidade Técnica - ART’s foram devidamente apresentadas, quando couberam.

O loteamento encontra-se inserido, em sua maior parte, na Área de Preservação Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA SUL RMBH) e no entorno do Parque Estadual Serra do Rola Moça (PESRM). A discussão sobre esse assunto aconteceu nas etapas de LP e de LI e são detalhadas no item 2.2 deste parecer.



## 2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A área total da gleba onde se insere o empreendimento (todas as etapas) é compreendida por 429,8934ha, localizados no distrito de Piedade do Paraopeba, município de Brumadinho – MG, na região metropolitana de Belo Horizonte.

O empreendimento obteve a licença prévia e de instalação para a área como um todo, e a Licença de Operação está sendo emitida em etapas, conforme o andamento de implantação do mesmo. A LO da 1ª etapa foi concedida em 29/10/2012 (Certificado nº. 248/2012), com validade de 4 anos.

Consta no FOBI nº0553030/2014, referente à 2ª etapa (Eco Casa Branca), que a área pleiteada no processo é de 185,4148ha, composta por 340 lotes de aproximadamente 1000m² nas quadras 32 a 50, gerando uma densidade populacional bruta de aproximadamente 7,33 hab/ha. E consta no FOBI 0002108/2015, referente à 3ª etapa (Reserva de Piedade), que a área pleiteada é de 60,433ha, composta por 303 lotes de aproximadamente 1000m² nas quadras 51 a 59, gerando uma densidade populacional bruta de aproximadamente 20,06 hab/ha. No total, considerando a unificação das 2ª e 3ª etapa em um único processo, foram implantados 643 lotes, numa área de 245,8478ha e com densidade populacional 10,46hab/ha.

De acordo com o parecer emitido pela SUPRAM-CM para emissão da licença de instalação, o empreendimento localiza-se em área de expansão urbana, conforme Lei Municipal nº 1409/2004, emitida pela Prefeitura Municipal de Brumadinho.

O empreendimento tem como acesso a BR-040 até o Posto Chefão, e em seguida, a estrada de acesso a Piedade do Paraopeba, denominada Estrada Municipal Casa Branca/Piedade do Paraopeba, segundo o FCE.

Em 30/03/2012, após análise do Relatório de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na área do empreendimento, o IPHAN emitiu anuência dispensando o empreendedor da fase de resgate nos sítios encontrados na área, tendo em vista sua baixa relevância no contexto regional.

Em 11/05/2005, o IEPHA, através do Of. nº 174/05-PR, havia se manifestado sobre a existência de patrimônio histórico, arqueológico e espeleológico na área do empreendimento, fazendo recomendações ao empreendedor. Os comprovantes de atendimento a essas recomendações constam nos autos do processo de licenciamento ambiental e foram devidamente protocolados junto ao IEPHA em 19/11/2015. Esse assunto foi considerado satisfatório pelo COPAM quando da concessão das licenças anteriores.

### 2.1 Projeto Urbanístico

A área objeto do licenciamento é composta por 643 lotes dispostos em 28 quadras, destinados ao uso residencial para classes média e alta. Os lotes possuem uma área de aproximadamente 1000 m². A atual fase da licença corresponde à 2ª e 3ª etapa do empreendimento Gran Royale Casa Branca (Figura 1) cuja 1ª etapa já possui licença de operação. Com base no projeto urbanístico apresentado e nas vistorias realizadas no dia 08/10/2015, entende-se que a implantação destas etapas do loteamento, denominadas Eco Casa Branca e Reserva de Piedade, está em conformidade com os estudos apresentados.

Durante as vistorias pode-se verificar que as vias encontram-se pavimentadas, bem sinalizadas, com sistema de drenagem satisfatório e os lotes estão devidamente demarcados, conforme proposto nos projetos. Inclusive, observou-se o atendimento à solicitação feita pelo Ibama em seu relato de vistas do Parecer Único da LI, quando solicitou a revisão e representação do



projeto urbanístico com exclusão do parcelamento da área referente aos lotes 21 a 40 da quadra 45 e sua destinação para área verde do empreendimento sem alteração do quadro de áreas. O total de áreas verdes do empreendimento, já contabilizada 80% da área de APP (conforme Art. 12, §1º do Decreto 44.646/2008) é de 693.738,26m<sup>2</sup> (26,95% do total da área do empreendimento).

Consta nos autos do processo Termo de Recebimento Total das obras de infraestrutura urbana do empreendimento Gran Royale Casa Branca, emitido pela Prefeitura Municipal de Brumadinho em 04/02/2015. Este termo é referente às obras de infraestrutura de 1122 lotes, aprovados pelo Decreto Municipal nº 070/2010.

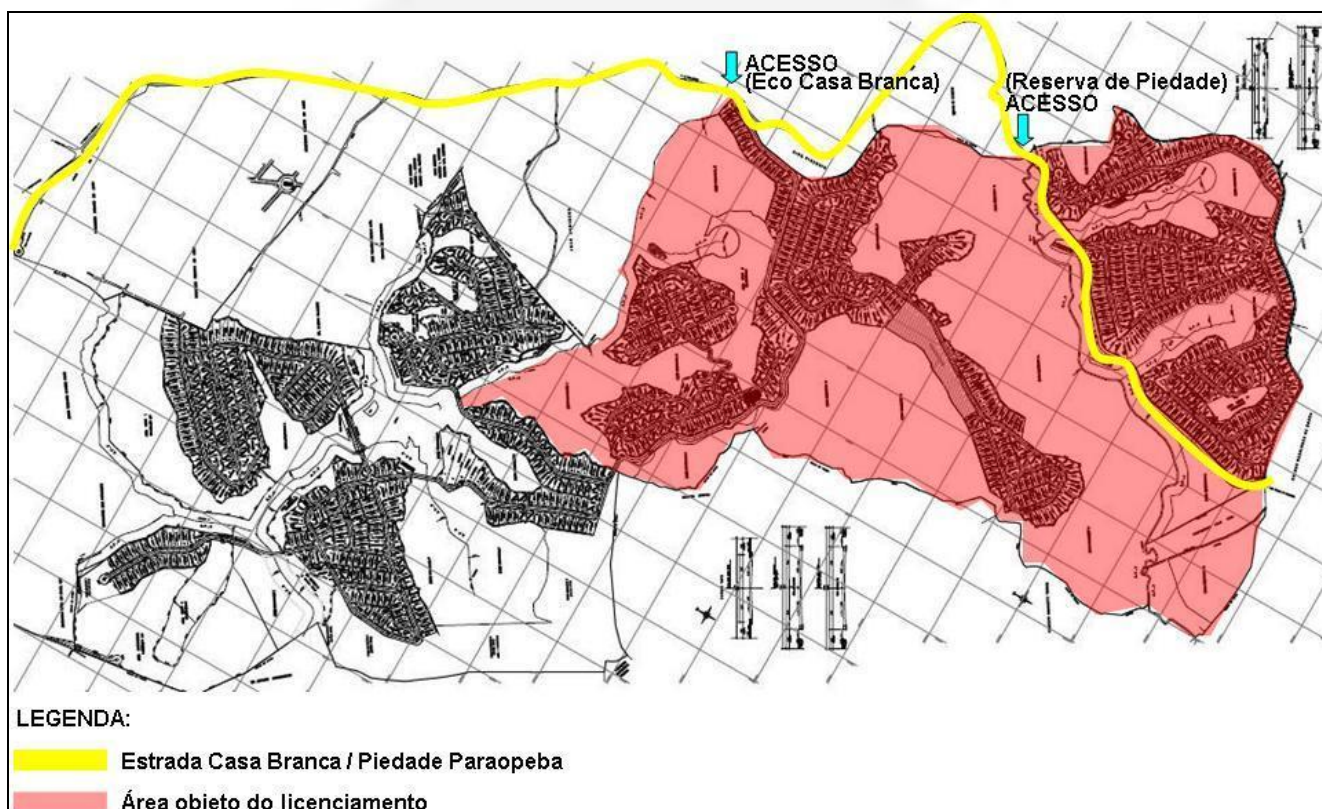


FIGURA 1 – Área objeto do licenciamento com indicação dos acessos.

## 2.2 Unidades de Conservação

O PESRM emitiu sua anuência através do Ofício/PESRM Nº 029/2005 de 20/04/2005. Inclusive, suas condicionantes figuraram como a condicionante nº1 da Licença de Instalação, que foi devidamente atendida.

Quanto à manifestação da APA SUL, nas etapas anteriores do licenciamento ambiental esse assunto foi discutido e superado, inclusive sendo excluída, por deliberação COPAM, como condicionante nº 9 do Parecer Único nº286/2008 da LI. Nos autos do processo consta requerimento feito pelo empreendedor à APA SUL solicitando sua manifestação na época da Licença Prévia, e consta também o posicionamento do IEF através da Manifestação Prévia do NOBH nº 04/2005 favorável à continuidade do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, o que foi considerado satisfatório pelo COPAM.



No entanto, apesar do assunto já ter sido discutido, a equipe técnica analista do processo de licenciamento ambiental julgou conveniente buscar, junto à APA SUL RMBH, uma manifestação atual sobre o empreendimento. Através do ATO DE CIÊNCIA Nº 049/2015/APASULRMBH de 24/11/2015 ela demonstrou ciência do empreendimento em questão, fazendo algumas recomendações, a saber:

- Observar o Diagnóstico ZEE APA SUL RMBH monitorando a região considerada para fins de conservação e uso futuro;
- A legislação ambiental deverá ser observada referente à destinação dos resíduos, evitando a contaminação de recursos hídricos e do meio ambiente;
- Contemplar projeto de educação ambiental para os moradores com orientação para coleta seletiva de lixo;
- Árvores secas e material lenhoso acumulado deverão ser retirados das áreas dos lotes como prevenção a incêndios florestais;
- Fomentar ações para a criação de brigada contra incêndios florestais em cada unidade administrativa do condomínio (Eco Casa Branca e Reserva de Piedade), e;
- No arruamento, observar o plantio de espécies nativas da região.

Vale citar que parte do empreendimento, especificamente o loteamento Reserva de Piedade (Coordenadas Geográficas: Long. -20°8'56,09" – Lat. -44°2'1,90"), encontra-se fora dos limites da APA SUL RMBH, a qual emitiu a MANIFESTAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO Nº 008/2015/APASULRMBH informando esse fato.

### 2.3 Drenagem Pluvial

O projeto de drenagem pluvial consta de sarjetas, bocas de lobo, redes coletoras e dispositivos de dissipação de energia.

Os dispositivos de dissipação de energia foram construídos a jusante das alas de lançamento das redes de drenagem. São estruturas que visam proteger o solo das erosões devido ao fluxo concentrado e velocidades mais elevadas.

As redes de drenagem serão lançadas em áreas livres de edificações, ou seja, áreas verdes e talvegues naturais, ou a jusante da estrada municipal existente. Após as estruturas de dissipação de energia foram criadas barreiras com manta bidim para conter os detritos que podem ser carreados após as primeiras chuvas, já que estas farão uma primeira "limpeza" nas tubulações e sarjetas existentes.

Os dispositivos de drenagem pluvial e obras complementares (meio-fio) especificados no projeto atendem aos padronizados pela SUDECAP (Prefeitura de Belo Horizonte), amplamente adotados nas obras da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Durante as vistorias realizadas no dia 08/10/2015 (AF's 96562/2015 e 96563/2015) verificou-se que todas as estruturas de drenagem pluvial estavam devidamente instaladas.

### 2.4 Uso dos Recursos Hídricos

Durante as vistorias realizadas em 08/10/2015 (AF's 96562/2015 e 96563/2015), constatou-se que os reservatórios de água, construídos segundo padrão estabelecido pela COPASA, estão devidamente instalados. Também foi informado pelo empreendedor que as redes de



abastecimento de água estão instaladas, contando com um ponto para ligação em frente a cada lote.

O empreendedor foi responsável pela elaboração dos projetos e execução das obras, sob a supervisão da COPASA, esta assumirá posteriormente o sistema.

## **2.5 Energia Elétrica**

O fornecimento de energia elétrica será feito pela CEMIG. As redes de distribuição de energia estão devidamente instaladas.

A CEMIG, em documento de referência DC/RE-14.549/2004 de 12/08/2004 analisado na fase da Licença de Instalação, atestou a viabilidade técnica de fornecimento de energia para o loteamento.

## **2.6 Esgotamento sanitário**

O sistema de tratamento de esgoto sanitário proposto para o empreendimento é sistema de tratamento individual composto por fossa séptica seguida por filtro anaeróbico, sumidouro e valas de infiltração. A execução e manutenção serão de responsabilidade do comprador, assegurada em minuta do contrato de venda dos lotes.

Ressalta-se que a construção dos tanques sépticos devem observar as restrições estabelecidas pela Norma Técnica ABNT NBR 7229/1993 relativas à estanqueidade e distâncias horizontais mínimas de pontos que possam resultar em contaminação de solo e água.

Na fase de Licença de instalação foi apresentado o projeto executivo do sistema estático de tratamento do esgoto, que estará disponível em meio físico e digital para o comprador.

Para pré-tratamento dos efluentes oriundos das cozinhas das residências, serão construídas caixas de gordura em alvenaria de tijolos maciços e revestidas de argamassa, de acordo com as dimensões especificadas em projeto.

## **2.7 Geração e Destinação dos Resíduos Sólidos**

A estimativa da quantidade de lixo gerada no loteamento é de 4.264,57 kg/dia, relativa à ocupação total do empreendimento. Adotou-se o volume gerado per capita dos residentes da regional Centro Sul de Belo Horizonte – 1,07kg/pessoa – conforme dados da SLU.

Durante a fase de operação, o lixo será selecionado nas próprias residências. Serão levados pelos moradores até os recipientes próprios para coleta seletiva, instalados nas áreas de lazer, podendo ser posteriormente comercializados e/ou doados. É importante que os moradores sejam conscientizados sobre a importância da segregação e destinação correta dos resíduos sólidos.

O material não reciclável será recolhido pelo município e destinado ao aterro sanitário de Brumadinho, que conta com Licença Ambiental de Operação válida.

## **3. UTILIZAÇÃO E INTERVENÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS**

A utilização de recursos hídricos no empreendimento ocorre através da captação por meio de poços tubulares. A empresa conta com 4 (quatro) poços, sendo que os poços 01 e 02





contribuirão com 60 m<sup>3</sup>/dia cada e o poço 03 com 82 m<sup>3</sup>/dia. O poço 04 não será outorgado no momento, uma vez que os três poços suprem a demanda atual do empreendimento.

Os poços encontram-se a mais de 200 metros uns dos outros. Os testes de bombeamento realizados apresentaram vazões de 3 m<sup>3</sup>/hora para os poços 01 e 02, enquanto que o poço 03 apresentou vazão de 4,1 m<sup>3</sup>/hora. O tempo de recuperação dos níveis estáticos (após bombeamento) gira em torno de 20 minutos, de acordo com os testes realizados.

A solicitação de bombeamento de 20 horas em cada poço compatibiliza-se com o balanço hídrico apresentado, para atendimento de 1360 pessoas.

A água dos poços perfurados é captada nas cotas mais baixas dos loteamentos e conduzida, por bombeamento, através de tubulações de recalque para os reservatórios implantados nas cotas mais altas dos loteamentos, contam então, com reservatório apoiado (RAP) e reservatório elevado (REL).

Cada loteamento conta com um RAP e um REL. O reservatório RAP recebe a água tratada do poço e faz a distribuição de parte dessa água e o restante sai do RAP através de outro sistema de bombeamento e é armazenada no REL.

No loteamento Eco Casa Branca os reservatórios estão localizados na quadra 43, lote 21 sendo o RAP de 70 m<sup>3</sup> e o REL de 20 m<sup>3</sup>.

No loteamento Reserva de Piedade os reservatórios estão localizados na quadra 58, lote 01 sendo o RAP de 100 m<sup>3</sup> e o REL de 10 m<sup>3</sup>.

O poço 04 será outorgado posteriormente de acordo com a necessidade do empreendimento. O processo encontra-se formalizado sob o número 17130/2014.

De acordo com o artigo 4º, inciso II, alínea b, da Portaria IGAM nº49/2010, o prazo para se iniciar a utilização dos recursos hídricos seria de até 1 ano, nos casos em que for emitida na fase de Licença de Operação. Considerando que os outros três poços suprem a demanda atual, não se faz necessário a utilização do poço 04 no momento.

Em vista ao exposto somos pelo deferimento do requerido na modalidade de autorização com **vazões de 3 m<sup>3</sup>/h, 3m<sup>3</sup>/h e 4,1 m<sup>3</sup>/h e tempo de bombeamento = 20 h/dia, sendo a validade vinculada ao PA nº: 00911/2003/007/2014**, com as seguintes condicionantes:

1. *Instalar equipamento hidrométrico e horímetro e realizar leituras semanais nos equipamentos instalados, armazenando-as na forma de planilhas, que deverão ser apresentadas a SUPRAM CM quando da renovação da outorga ou sempre que solicitado. **PRAZO: 90 (noventa) dias a partir do recebimento do AR do Certificado de Outorga;***
2. *Efetuar ou atualizar o cadastro referente ao uso do recurso hídrico no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH/ANA, por meio do site <http://cnarh.ana.gov.br>, conforme Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1844/2013, bem como protocolar na SUPRAM CM documento comprobatório do cadastramento. **PRAZO: 60 (sessenta) dias a partir do recebimento do AR do Certificado de Outorga.***

#### 4. AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL (AIA)



Não haverá nenhuma supressão de vegetação na fase de LO da 2ª e 3ª etapas da operação do loteamento.

## 5. RESERVA LEGAL

A Reserva Legal foi discutida quanto da fase de Licença Prévia e encontra-se devidamente averbada sob a matrícula nº. 17.620 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Brumadinho (AV - 2 – 17.620) com uma área de 86 hectares no Imóvel Córrego Fundo.

## 6. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

### **Impacto: Erosões**

#### **Medidas mitigadoras:**

Segundo o EIA apresentado no processo de LP, na fase de operação o sistema de drenagem pluvial já estará implantado e as erosões ficarão restritas às áreas dos lotes. A redução da infiltração da água no solo (consequência da impermeabilização da área) será compensada pelo desenvolvimento da vegetação de porte arbóreo. Sendo assim, o impacto sobre o meio físico foi considerado, em sua maioria, temporário.

### **Impacto: Geração de resíduos sólidos urbanos**

#### **Medidas mitigadoras:**

Um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos foi apresentado no processo de LP. Trata sobre a forma de acondicionamento, transporte, disposição temporária e transferência de resíduos para transporte final até o aterro municipal, qualificação dos agentes e limpeza de logradouros públicos. Os serviços de acondicionamento, coleta e transporte interno serão de responsabilidade do empreendedor, até a criação da Associação de Moradores. O transporte externo e destinação final do lixo serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal. Será implantada coleta seletiva.

### **Impacto: Perturbação à fauna**

#### **Medidas mitigadoras:**

Para minimizar os impactos sobre a fauna, foram mantidas áreas verdes bem preservadas.

Em áreas de maior densidade florestal foram instaladas placas indicativas de presença de indivíduos da fauna, tachões para redução de velocidade e criação de passagem suspensa de fauna.

Para conscientizar os futuros moradores da importância da preservação da fauna será estabelecido como condicionante deste Parecer Único que o tema seja abordado em Programa de Educação Ambiental.





**Figura 1 A:** Tachões redutores de velocidade



**Figura 1 B:** Passagem suspensa de fauna

### **Impacto: Geração de Efluentes Sanitários**

**Medidas mitigadoras:** Os efluentes gerados serão tratados por conjunto fossa filtro individuais.

A execução e manutenção serão de responsabilidade do comprador, assegurada em minuta do contrato de venda dos lotes.

## **7. COMPENSAÇÕES**

O empreendimento obteve a Autorização para exploração florestal de fitofisionomia de Cerrado e Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração, num quantitativo total de 4,19 ha dentro do Bioma Mata Atlântica, sendo assim passível de compensação previsto na legislação da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto 6.660, de 21 de novembro de 2008 e Deliberação Normativa COPAM 73 de 8 de setembro de 2004).

De acordo como o Relato de Vistas do conselheiro André de Lima Andrade, analista ambiental do IBAMA, com protocolo R188787/2009 de 19/02/2009, foi condicionado ao empreendimento excluir os lotes 21 a 40, bem como transformar e alterar a nomenclatura dessas áreas e as áreas remanescentes, assim classificadas no projeto urbanístico, como áreas verdes do empreendimento. No mesmo relato ele sugere que essas áreas sejam consideradas pelo Instituto Estadual de Florestas áreas para a compensação determinada no art. 17 da Lei da Mata Atlântica.

Como nos autos do processo não há referência da manifestação do órgão referido, essa foi solicitada no Ofício de Informação Complementar nº 1515/2015. O empreendedor, em 28/10/2015 solicitou manifestação do IEF gerando o protocolo 09000003115/2015. Em resposta, em 03/11/2015, o IEF informa que a proposta apresentada pela 14ª Reunião da URC do COPAM Rio Paraopeba em 16/02/2009 foi aprovada e para o cumprimento será necessário apresentação de informações complementares para a elaboração do Termo de Compromisso de Compensação Florestal.

O empreendimento também obteve Autorização para intervenção em Área de Preservação Permanente – APP, em um quantitativo de 1,02 ha, sendo assim passível de compensação previsto no Art. 5º Resolução CONAMA 369/2006.



A comprovação da compensação em questão foi solicitada no Ofício de IC nº 1515/2015. O empreendedor entregou como resposta da informação complementar o protocolo R174177/2011 datado em 25/11/2011 com Projeto de Reconstituição de Flora – PTRF elaborado para as áreas de intervenção em APP para a construção do sistema viário no empreendimento, bem como o enriquecimento florístico de outras áreas inseridas no Gran Royale Casa Branca. Também, no ofício, foi apresentada a execução do PTRF, com relatório fotográfico evidenciando o plantio das mudas e o crescimento satisfatório das mesmas.

Em vistoria realizada em 08/10/2015 foi encontrada uma construção abandonada, referente à antiga fazenda, dentro da APP localizada próximo a entrada do loteamento Reserva de Piedade, referenciada no Auto de Fiscalização nº 96563/2015. Dessa forma foi solicitado no referido Auto e como solicitação de Informação Complementar, a retirada da construção, entrega de relatório e enriquecimento do local. O empreendedor entregou em 03/11/2015 com protocolo R0503151/2015 relatório fotográfico da retirada da construção e do plantio das mudas com espécies nativas do local.

## 8. CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES DE LI

### Condicionante 1: CUMPRIDA

Atendimento às condicionantes solicitadas no ofício emitido pelo Parque Estadual do Rola Moça (Ofício/PESRM nº 029/05).

**Prazo:** Formalização da LO

**Documentação:** R592424/2014 de 14/08/2014 e R434692/2013 de 25/09/2013.

**Descrição:** Apresentou o que foi solicitado, inclusive relatório com fotos identificando o cercamento das Áreas de Preservação Permanente. Em vistorias realizadas em 08/10/2015 (AF's 96562/2015 e 96563/2015) foi verificado o cercamento e sinalização com placas nas APP's contíguas às áreas de lotes e vias.

### Condicionante 2: CUMPRIDA

Cumprir todas as medidas mitigadoras propostas no EIA/RIMA e RCA/PCA, apresentando cronograma de execução:

**Prazo:** Durante a vigência da licença.

**Documentação:** R047090/2011 de 04/04/2011, R142547/2011 de 02/09/2011, R216188/2012 de 19/03/2012, R372474/2013 de 18/04/2013, R0444343/2013 de 18/10/2013, R0464789/2013 de 11/12/2013, R0123096/2014 de 15/04/2014, R0195850/2014 de 12/06/2014 e R0350204/2014 de 05/12/2014.

**Descrição:** A condicionante foi considerada cumprida pois o empreendedor apresentou os relatórios solicitados, bem como o cronograma de execução.

### Condicionante 3: CUMPRIDA

Cumprir programa de automonitoramento, conforme Anexo II deste parecer único.

**Prazo:** Durante a vigência da licença.



**Documentação:** R203384/2012 de 13/02/2012, R314483/2012 de 30/10/2012, R591070/2013 de 19/09/2013, R0115275/2014 de 10/04/2014 e R0155328/2015 de 05/02/2015.

**Descrição:** Foram apresentados relatórios de monitoramento da qualidade das águas referentes aos anos 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, conforme protocolos acima. Não foram apresentados relatórios referentes aos anos 2009 e 2010. A não apresentação dos relatórios referentes aos anos 2009 e 2010, conforme justificado pelo empreendedor (protocolo R05111881/2015), deveu-se às obras terem iniciado em julho de 2010, assim a primeira coleta foi feita em janeiro de 2011.

Cabe ressaltar que a condicionante não definiu os pontos de monitoramento e estes foram definidos pelo empreendedor no Plano de Controle Ambiental apresentado na fase de LI.

No primeiro monitoramento foram analisadas amostras de 8 pontos, referentes à implantação do Gran Royale Casa Branca. Esta etapa do empreendimento teve LO concedida em 29/10/2012 (LO nº 248/2012).

Os relatórios referentes aos anos 2012 e 2013 referem-se à implantação do Eco Casa Branca e os relatórios de 2014 e 2015 à implantação do Reserva de Piedade.

Os resultados da qualidade das águas indicaram que a maioria dos parâmetros estão dentro do estabelecido para águas classe 2. Alguns laudos apresentaram parâmetros superiores ao limite estabelecido. Estes parâmetros foram ferro solúvel, manganês e turbidez.

Os teores de ferro e manganês justificam-se pela área encontrar-se inserida no quadrilátero ferrífero, abundante em depósitos de ferro e outras substâncias minerais. Quanto ao parâmetro turbidez, foi justificado pelo empreendedor que a amostra foi coletada em período chuvoso (17/12/2013), o que contribuiu para o aumento deste parâmetro.

Em uma amostragem realizada na nascente que faz divisa com uma propriedade rural, os parâmetros fosfato total, estreptococos fecais e óleos e graxas também apresentaram parâmetros superiores aos estabelecidos para corpos d'água classe 2. Estes resultados foram associados à antiga atividade realizada na área (criação de gado) e pelo pastoreio de gado dos proprietários vizinhos.

#### **Condicionante 4: CUMPRIDA**

Apresentar Plano de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD), caso necessário.

**Prazo:** Formalização da LO.

**Documentação:** R0074837/2014 de 18/03/2014.

**Descrição:** A condicionante foi considerada cumprida pois o empreendedor apresentou o PRAD, conforme protocolo acima.

#### **Condicionante 5: CUMPRIDA**

Apresentar Programa de Prospecção Arqueológica, conforme é solicitado na Portaria do IPHAN nº230, de 17 de dezembro de 2002, acompanhado da respectiva Portaria do IPHAN.

**Prazo:** Formalização da LO.

**Documentação:** R0511881/2015 de 19/11/2015

**Descrição:** O IPHAN, após análise do Relatório de Diagnóstico e Prospecção Arqueológico nas áreas do Empreendimento Imobiliário Gran Royale Casa Branca, dispensou o empreendedor da fase de regaste nos sítios encontrados na área, tendo em vista sua baixa relevância no contexto regional.



A anuência do instituto foi emitida para a fase seguinte do licenciamento através do OFÍCIO/GAB/IPHAN/MG nº 0596/2012, emitido em 30/03/2012.

**Condicionante 6: CUMPRIDA**

Apresentar manifestação da Prefeitura Municipal de Brumadinho a respeito das obras de alargamento da estrada que liga Casa Branca à Piedade do Paraopeba, no trecho em que a mesma cruza a área do empreendimento.

**Prazo:** Formalização da LO.

**Documentação:** R0123107/2014 de 15/04/2014.

**Descrição:** A condicionante foi considerada cumprida pois o empreendedor apresentou a manifestação da prefeitura, conforme protocolo acima.

**Condicionante 7: CUMPRIDA**

Apresentação de um laudo geológico/geotécnico com diretrizes para ocupação de todos os lotes com declividade entre 30% e 47%, prevendo-se a segurança técnica de estabilidade do terreno. Esse laudo deve ser realizado por geólogo ou engenheiro geotécnico acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

**Prazo:** 90 dias após a concessão da LI.

**Documentação:** R259661/2009 de 13/08/2009 e R265235/2012 de 06/07/2012.

**Descrição:** A condicionante foi considerada cumprida pois o empreendedor apresentou o laudo, conforme protocolo acima.

**Condicionante 8: CUMPRIDA**

Apresentar ao IEF proposta de Medidas Compensatórias pela implantação do empreendimento, em cumprimento à LEI SNUC. Enviar à SUPRAM-CM protocolo de requerimento no IEF para que seja juntado aos autos do processo.

**Prazo:** 90 dias após a concessão desta.

**Documentação:** R259661/2009 de 13/08/2009

**Descrição:** Apresentou ofício entregue à Diretoria de Áreas Protegidas, com protocolo S258190/2009 de 11/08/2009. Apresentou na formalização do processo de LO - 1ª parte novo ofício de solicitação de análise da proposta de compensação de acordo com o novo Decreto 45.629, de 06 de julho de 2011. No processo de LO 00911/2003/007/2014 foi apresentado Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 2101010502812 sob o número de protocolo R0492379/2015 de 07/10/2015, juntamente com o comprovante de quitação.

**Condicionante 9: EXCLUÍDA pelo COPAM**

Apresentar manifestação da APA Sul.

**Documentação:** Anexo I da decisão da 14ª Reunião Ordinária da URC Paraopeba.

**Condicionante 10: CUMPRIDA**

Rever e reapresentar projeto urbanístico do empreendimento, com a exclusão de parcelamento da área referente aos lotes 21 a 40, localizada na quadra 45 e ocupada por Floresta Estacional Semidecidual.



**Prazo:** 90 dias

**Documentação:** R219432/2009 de 18/05/2009 e R0504781/2015 de 05/11/2015

**Descrição:** Apresentou projeto urbanístico revisado, com exclusão do parcelamento da área citada na condicionante. Inclusive, a exclusão dos lotes foi comprovada na vistoria realizada no dia 08/10/2015 (AF 96562/2015).

#### **Condicionante 11: CUMPRIDA**

Rever e reapresentar projeto urbanístico do empreendimento, com a alteração da nomenclatura das áreas classificadas como “áreas Remanescentes” para áreas verdes, sem alteração do quadro de áreas por se tratar de medida compensatória. **Obs:** Com a destinação desta área à preservação, sugere-se que o Instituto Estadual de Florestas, considere cumprida a determinação do Art. 17 da Lei da Mata Atlântica relativa à medida compensatória do empreendimento.

**Prazo:** 90 dias

**Documentação:** R219432/2009 de 18/05/2009 e R0504781/2015 de 05/11/2015

**Descrição:** Apresentou ofício informando que “...a empresa registra que como medida compensatória também serão cumpridas nos termos da condicionante nº 11 a preservação das áreas remanescentes como áreas verdes.” Em 05/11/2015 foi apresentado o mapa e resposta, em 03/11/2015, do IEF informando que a proposta apresentada pela 14ª Reunião da URC do COPAM Rio Paraopeba em 16/02/2009 foi aprovada e para o cumprimento será necessária apresentação de informações complementares para a elaboração do Termo de Compromisso de Compensação Florestal.

### **9. CONTROLE PROCESSUAL**

A análise jurídica do processo de licenciamento ambiental baseia-se nos princípios norteadores do Direito Ambiental, bem como nas legislações federais e estaduais concernentes ao tema, tais como: Lei 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), Resolução CONAMA 237/1997; Decreto Estadual 44.844/2008, que estabelece normas para o licenciamento ambiental e autorizações ambientais de funcionamento no Estado de Minas Gerais; Lei Federal 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro); Lei Estadual 20.922/2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.

No que concerne, especificamente, à utilização de recursos hídricos, a análise é realizada considerando-se os preceitos estabelecidos pelas Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, consubstanciados nas leis 9.433/97 e 13.199/99, respectivamente, e ainda tendo como base a Portaria IGAM n.º 49/2010, bem como demais atos administrativos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), quando pertinentes.

Quanto à regularidade documental, verifica-se que foram anexados aos autos: Formulário de Caracterização do Empreendimento (fls. 01 a 03); Formulário de Orientação Básica (fls. 04 e 05); Cópias de Atas de Assembleia da MGV Empreendimentos Imobiliários S/A (fls. 08 a 20); Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da MGV Empreendimentos Imobiliários S/A (fl. 21); Procuração (fls. 22 e 23); Requerimento de Licença de Operação (fl. 24); Termo de Recebimento





Parcial de Obras de Infraestrutura urbana no empreendimento Gran Royale Casa Branca (fl. 25); Declaração do Corpo de Bombeiros Militar de que os empreendimentos que não se caracterizam como edificações de uso coletivo ou áreas de risco estão isentos da apresentação de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, sendo que a legislação de segurança contra incêndio e pânico do Estado de Minas Gerais não se aplica, no caso (fl. 26); Documentos de Arrecadação Estadual, quitados, referentes aos custos do processo e emolumentos (fls. 27 e 28); Declaração de que o conteúdo digital apresentado contém os documentos necessários ao requerimento da Licença de Operação do empreendimento (fl. 29); Relatórios de cumprimento de condicionantes (fls. 30 a 50); cópias das publicações nos jornais de grande circulação (fls. 51 e 52); Certidão Negativa de Débitos Ambientais (fl. 54); Termo de Compromisso de Compensação Ambiental da lei do SNUC (fl. 58); Documentos de Arrecadação Estadual referentes à compensação ambiental do SNUC (fl. 63 a 66); Auto de Fiscalização n.º 96562/2015 (fl. 67); Cópia do Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF e documentos anexos referentes ao seu acompanhamento e cumprimento (fls. 71 a 185); Relatório de demolição de um cômodo localizado em Área de Preservação Permanente (fls. 186 a 188) Relatório de implantação e execução do plantio de enriquecimento em Área de Preservação Permanente (fls. 191 a 195); cópia do Protocolo de solicitação ao Instituto Estadual de Florestas – IEF, de posicionamento quanto à compensação florestal da Mata Atlântica (fl. 199); cópia de Ofício do IEF solicitando Termo de Compromisso de Compensação Florestal – TCCF e outras informações complementares (fl. 200 e 201); Certificado de Regularidade perante o Cadastro Técnico Federal, do IBAMA, atualizado (fl. 207); Termo de Recebimento das Obras de Infraestrutura Urbana do Loteamento Gran Royale Casa Branca (fl. 208); Publicação, no jornal de grande circulação, da solicitação de Licença de Operação (fl. 209); Informações complementares do empreendedor – Protocolo R0511881/2015 (fl. 210); Justificativa Técnica em relação aos monitoramentos e documentos anexos (fls. 228 a 237); cópias de ofícios do IEPHA (fl. 239), da Prefeitura Municipal de Brumadinho (fl. 240), e do IBAMA (fl. 241) em relação ao Patrimônio Cultural e Espeleológico; Ofício de anuência do IPHAN (fl. 242); Cópias do Certificado Licença de Operação e do Parecer único da Licença de Operação da outra fase do empreendimento (fls. 243 a 247); Autorizações para as perfurações dos poços tubulares (fls. 248 a 250); Relatório Técnico referentes aos processos de outorga (fls. 251 e 252); Ofício do IEF favorável ao empreendimento, quando da fase de instalação (fl. 271); Publicação, no jornal de grande circulação, da obtenção da Licença de Instalação (fl. 259); Relatório Fotográfico a respeito da implantação de sinalização e passagem suspensa da fauna (fls. 260 e 261); Relatório Indicativo de Restrição Ambiental (fl. 262).

Logo, o empreendedor apresentou a documentação necessária para a análise do processo de licenciamento, estando o feito regular do ponto de vista formal, nos termos da Deliberação Normativa 74, de 2004, e da Resolução CONAMA 237/1997.

Na análise do licenciamento ambiental, deve-se considerar que a preservação do meio ambiente é direito fundamental de terceira geração, fundamentando-se na solidariedade. Neste sentido, a preservação é um dever de todos, e a opinião final do órgão do Estado, após todos os estudos, leva em consideração o direito constitucional de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, com fundamento no art. 225 da Constituição Federal.

O empreendimento fará uso de recursos hídricos sujeitos a Outorga. Foram formalizados 4 (quatro) processos administrativos para tanto: 28448/2013, referente ao poço 01; 28449/2013, referente ao



poço 02; 28450/2013, referente ao poço 03; o processo relativo ao poço 04 (17130/2014) não será analisado no momento, uma vez que os outros 3 (três) serão suficientes para atender toda a demanda do loteamento. Questionado no âmbito dos processos de outorga, o empreendedor informou e demonstrou que nenhum dos poços está localizado dentro de Área de Preservação Permanente. Anexou, também, as cópias dos documentos referentes à autorização para perfuração dos poços tubulares, conforme solicitado em pré-análise jurídica dos processos de Outorga. A SUPRAM, após as análises técnica e jurídica, é favorável ao deferimento das outorgas.

A Reserva Legal foi averbada conforme se demonstrou nas fases anteriores. Com a descaracterização do imóvel de rural para urbano, fica a Reserva Legal transformada em áreas verdes urbanas do loteamento, que deverão ser preservadas da mesma forma que aquela o era anteriormente.

Desta sorte, com fundamento na Lei Estadual 20.922/2013,

**Art. 32.** A inserção do imóvel rural em perímetro urbano definido mediante lei municipal não desobriga o proprietário ou possuidor da manutenção da área de Reserva Legal, que só será extinta concomitantemente ao registro do parcelamento do solo para fins urbanos aprovado segundo a legislação específica e consoante as diretrizes do plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal.

§ 1º As áreas de Reserva Legal extintas na forma do caput serão destinadas para composição de áreas verdes urbanas ou de uso sustentável compatível com a manutenção de suas funções ambientais, salvo disposição em contrário no plano diretor ou no plano de expansão urbana do município.

§ 2º Para o estabelecimento de áreas verdes urbanas, o poder público municipal poderá:

I - exercer o direito de preempção para aquisição de remanescentes florestais relevantes, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

II - transformar as Reservas Legais em áreas verdes nas expansões urbanas;

III - estabelecer a exigência de áreas verdes nos loteamentos e empreendimentos comerciais e na implantação de infraestrutura.

§ 3º Para os fins desta Lei, consideram-se áreas verdes urbanas os espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no plano diretor, nas leis de zoneamento urbano e uso do solo do município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais.

A Declaração da Prefeitura Municipal de Brumadinho consta nos autos do processo de Licença Prévia – 00911/2003/002/2004, declarando que o tipo de atividade desenvolvida e o local de instalação do empreendimento estão em acordo com as leis e regulamentos municipais, atendendo-se ao art. 10, § 1º, da Resolução CONAMA 237/1997. Foi colacionado, nos autos desta Licença de Operação, o Comprovante de Regularidade perante o Cadastro Técnico Federal (CTF), atualizado,





consoante o determinado pela Lei nº. 6938 de 1981 e Instrução Normativa IBAMA nº 06 de 15/03/2013.

Não haverá necessidade de supressões de vegetação ou intervenções em Área de Preservação Permanente nesta fase do processo, já que todas já foram realizadas nas fases anteriores do licenciamento. Consta no processo de licença de instalação – fls. 478 e 479 dos autos do Processo Administrativo 00911/2003/004/2008 – o parecer favorável a supressão de 4,19ha (para abertura de vias de acesso) e intervenção em Área de Preservação Permanente em 1,02ha.

Para a intervenção em Área de Preservação Permanente, foi fundamental a realização da compensação, tal como o preconizado na Resolução CONAMA 369, de 2006, em seu art. 5º, abaixo transcrito:

**Art. 5º.** O órgão ambiental competente estabelecerá, previamente a emissão da autorização para a intervenção ou supressão de vegetação em APP, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, previstas no § 4º, do art. 4º, da Lei no 4.771, de 1965, que deverão ser adotadas pelo requerente.

§ 1º. Para os empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, previstas neste artigo, serão definidas no âmbito do referido processo de licenciamento, sem prejuízo, quando for o caso, do cumprimento das disposições do art. 36, da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 2º. As medidas de caráter compensatório de que trata este artigo consistem na efetiva recuperação ou recomposição de APP e deverão ocorrer na mesma sub-bacia hidrográfica, e prioritariamente:

I - na área de influencia do empreendimento, ou

II - nas cabeceiras dos rios.

O empreendedor apresentou Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF, Relatórios de execução do PTRF (R2601000/2012; R302005/2012; R359803/2013; R430609/2013; R66630/2014; R0269896/2014; R0341005/2015; R0481371/2015), e Relatório de implantação e execução do plantio de enriquecimento em Área de Preservação Permanente, pelo que a análise técnica considerou cumprida a medida compensatória, atendendo-se à ao artigo da Resolução supracitada.

Quanto à supressão de vegetação, por estar o loteamento inserido em área do bioma Mata Atlântica, incide-se a compensação disciplinada pelo art. 17 da Lei 11.428/2006, *in verbis*:

**Art. 17.** O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.

Assim, o empreendedor apresentou a cópia do Termo de Compromisso para a Compensação Florestal – TCCF, firmado perante o IEF, no qual se compromete a executar as medidas compensatórias estabelecidas pela CPB/COPAM nos moldes e prazos definidos no TCCF. Além disso, será estabelecida como condicionante a apresentação de declaração do IEF quanto ao cumprimento integral das ações estabelecidas no TCCF.



A Compensação Ambiental foi cumprida, conforme o Termo de Compromisso e os comprovantes de pagamento de fls. 58 a 66, por se tratar de empreendimento de significativo impacto ambiental, de acordo com o art. 36 da Lei Federal 9.985, de 2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC).

No que respeita à regularidade do empreendimento em relação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o requerente protocolou Relatório de Diagnóstico e Prospecção Arqueológico das áreas do parcelamento, que foi analisado pelo referido órgão, que emitiu a sua anuência, conforme fl. 242. Já em relação ao IEPHA, na Licença de Operação foi observado que o Instituto, à época, solicitou manifestações da Prefeitura de Brumadinho – conforme cópia do documento à fl. 239 (sobre a existência de bens culturais, materiais ou manifestações culturais representativas dos saberes, celebrações, expressões e lugares e a localização das comunidades afrodescendentes), do IPHAN (patrimônio arqueológico) e do IBAMA/IEF (patrimônio espeleológico). As respostas dos mencionados órgãos estão anexadas às fls. 240 (Prefeitura de Brumadinho), 241 (IBAMA) e 242 (IPHAN).

Em relação aos custos de análise do processo, o requerente optou pelo pagamento de 30% (trinta por cento) do valor da tabela no ato da formalização do processo, e o restante de forma integral após a apresentação da Planilha de Custos. Foram juntados os comprovantes de pagamento (Documentos de Arrecadação Estadual – DAE) às fls. 27 e 28, referentes à formalização do processo. Posteriormente, a SUPRAM CM apresentou Planilha de Custos, atendendo-se ao preconizado pelo art. 5º da Deliberação Normativa 74 de 2004, e deverá quitá-los integralmente para o julgamento perante a Unidade Regional Colegiada (URC) do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, nos termos da Resolução SEMAD/IEF/IGAM 2125: “O julgamento ou emissão dos atos autorizativos previstos nesta Resolução Conjunta ficam condicionados à quitação integral dos custos apurados (art. 13, da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/IGAM 2125)”.

Especificamente aos débitos ambientais, foi exarada a Certidão de nº. 0565570/2014, que atesta não haver a existência de débito decorrente de aplicação de multas por infringência à legislação ambiental.

A área do loteamento está inserida no interior da seguinte Unidade de Conservação de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental Sul, da Região Metropolitana de Belo Horizonte – APA SUL – RMBH. Foi apresentada, na fase de Licença Prévia, manifestação do Instituto Estadual de Florestas. Posteriormente, na Licença de Instalação, a condicionante da manifestação da APA SUL foi excluída do Parecer único, uma vez que o COPAM considerou a manifestação satisfatória. Entretanto, a APA SUL emitiu Ato de Ciência Nº 049/2015/APASULRMBH, em 24 de novembro de 2015, para esta fase do licenciamento.

Verificou-se que o empreendimento está próximo à seguinte Unidade de Conservação de Proteção Integral: Parque Estadual Serra do Rola Moça. O Parque Estadual em questão emitiu anuência, que foi analisada nas fases de Licença Prévia e Licença de Instalação, conforme cópia à fl. 255 dos autos.

Para os processos de licenciamento ambiental de parcelamentos do solo, é fundamental observar a Deliberação Normativa 58/2002. Tal diploma normativo dispõe, expressamente, que:



**Art. 2º.** - Fica vedado o parcelamento do solo:

I - em sub-bacias hidrográficas enquadradas na classe especial e classe I, de acordo com o que estabelece o art. 1º e o inciso VI do art. 4º da Lei Estadual nº 10.793, de 02 de julho de 1992.

II - em zona de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral, conforme artigo 49 da Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000.

Já a lei 9.985, de 2000, em seu art. 49, determina:

**Art. 49.** A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais.

Parágrafo único. A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, **uma vez definida formalmente**, não pode ser transformada em zona urbana.

Portanto, nas licenças anteriores, levando-se em consideração que houve manifestação do Parque Estadual do Rola Moça favoravelmente à implantação do empreendimento; considerando-se que, à época da Licença Prévia (quando o Parque se manifestou) não havia formalmente zona de amortecimento da Unidade de Conservação em questão (não havia Plano de Manejo); considerando-se, também, que a análise dos impactos ambientais de instalação já foi realizada nas fases anteriores, sendo objeto da Licença de Operação a verificação do efetivo cumprimento das condicionantes dos processos prévios; a SUPRAM considera não ser aplicável a restrição da Deliberação Normativa 58/2002, em seu art. 2º, II.

A análise técnica da SUPRAM verificou que todas as condicionantes estabelecidas na fase anterior foram cumpridas. Em assim sendo, o loteamento atende às exigências de desempenho ambiental para o deferimento na fase de operação; e, ainda, é de suma importância que todas as condicionantes aqui determinadas sejam da mesma forma observadas, garantindo-se a preservação do meio ambiente, direito humano de terceira dimensão.

Diante de todo o exposto, opina-se pelo **DEFERIMENTO** da Licença de operação para esta fase do loteamento. No que tange ao prazo da licença, deve ser observada a Deliberação Normativa nº 17, de 1996:

**Art. 1º.** As licenças ambientais outorgadas pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM são: Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO, com validade pelos seguintes prazos:

I - Licença Prévia - LP: até 4 (quatro) anos, devendo corresponder ao prazo previsto no cronograma aprovado para elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade;

II - Licença de Instalação - LI: até 6 (seis) anos, devendo corresponder ao prazo previsto no cronograma constante do plano de controle ambiental aprovado, para implantação da atividade ou empreendimento, incluindo o respectivo sistema de controle e qualquer outra medida mitigadora do impacto ambiental prevista para esta fase;

III - Licença de Operação - LO: **8 (oito), 6 (seis) ou 4 (quatro) anos** para as atividades enquadradas no Anexo I à Deliberação Normativa COPAM nº 1, de 22 de março de 1990, respectivamente, nas classes I, II e III, salvo para atividade de



pesquisa mineral referida no art. 2º da Deliberação Normativa COPAM nº 4, de 20 de dezembro de 1990, hipótese em que o prazo será fixado em conformidade com aquele estabelecido para o alvará de pesquisa mineral.

## 10. CONCLUSÃO

A equipe interdisciplinar da SUPRAM-CM sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação, para o loteamento MGV Empreendimentos Imobiliários S/A do empreendedor homônimo para a atividade de “loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais”, no município de Brumadinho, MG, pelo prazo de **4 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes propostas.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Unidade Regional Colegiada do COPAM do Rio Paraopeba.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a SUPRAM-CM, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

*Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.*

## 11. ANEXOS

**Anexo I.** Condicionantes para Licença de Operação (LO) do loteamento MGV Empreendimentos Imobiliários S/A.

**Anexo II.** Relatório Fotográfico do loteamento MGV Empreendimentos Imobiliários S/A.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença de Operação (LO) do loteamento MGVS Empreendimentos Imobiliários S/A

<b>Empreendedor:</b> MGVS Empreendimentos Imobiliários S/A <b>Empreendimento:</b> MGVS Empreendimentos Imobiliários S/A <b>CNPJ:</b> 10.820.679/0001-19 <b>Município:</b> Brumadinho <b>Atividade:</b> Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais <b>Código DN 74/04:</b> E-04-01-4 <b>Processo:</b> 00911/2003/007/2014 <b>Validade:</b> 4 anos <b>Referencia:</b> Condicionantes da Licença de Operação		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Fornecer, aos compradores dos lotes, os projetos dos sistemas estáticos individuais.	Enquanto forem realizadas as vendas dos lotes.
02	Atender à Norma Técnica ABNT NBR 7229/1993 e NBR 13969/1997 para construção dos conjuntos fossa filtro valas de infiltração.	Durante a vigência de Licença de Operação
03	Apresentar relatórios anuais, comprovando a instalação dos sistemas de tratamento de efluentes implantados pelos compradores, com laudo conclusivo sobre a adequação dessas estruturas às normas técnicas inerentes ao assunto.	Anualmente
04	Apresentar Programa de Educação Ambiental direcionado para os futuros moradores do empreendimento, abordando, no mínimo, os seguintes temas: gerenciamento de resíduos sólidos, manejo dos efluentes sanitários e lodo gerado nos conjuntos fossa filtro e preservação da fauna e flora local. Tais programas deverão basear-se na Deliberação Normativa COPAM nº 110/2007 e Instrução Normativa IBAMA 002/2012.	60 dias após a concessão da LO.
05	Executar Programa de Educação Ambiental Proposto no item anterior conforme aprovação da Superintendência Regional de Regularização Ambiental.	Durante os primeiros 4 anos após a concessão da LO.
06	Apresentar o contrato de prestação de serviço de recolhimento e destinação final do lodo gerado nos sistemas estáticos individuais e a licença ambiental da empresa contratada para tal finalidade.	60 dias após a concessão da LO.
07	Apresentar a SUPRAM CM declaração do Instituto Estadual de Florestas quanto ao cumprimento total do Termo de Compromisso de Compensação Florestal – TCCF referente à compensação prevista na Lei da Mata Atlântica – Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto 6.660, de 21 de novembro de 2008 e Deliberação Normativa COPAM 73 de 8 de setembro de 2004.	60 dias após a concessão da LO.



<b>08</b>	Apresentar Relatório Técnico Fotográfico do desenvolvimento das mudas de enriquecimento da Área de Preservação Permanente referente ao local da demolição da antiga construção solicitada no Auto de Fiscalização nº 96563/2015 de 08/10/2015.	Trimestralmente a partir da concessão da LO com duração de um ano.
-----------	--	--

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.



## ANEXO II

### Relatório Fotográfico do loteamento MGV Empreendimentos Imobiliários S/A

**Empreendedor:** MGV Empreendimentos Imobiliários S/A

**Empreendimento:** MGV Empreendimentos Imobiliários S/A

**CNPJ:** 10.820.679/0001-19

**Municípios:** Brumadinho

**Atividade:** Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais

**Código DN 74/04:** E-04-01-4

**Processo:** 00911/2003/007/2014

**Validade:** 4 anos



FOTO 1: Visão geral do loteamento Reserva de Piedade.



FOTO 2: Área da quadra 45 (à esquerda) onde foram excluídos alguns lotes do projeto urbanístico.





FOTO 3: Via de circulação (cul-de-sac).



FOTO 4: Estruturas de drenagem.